

Concepções de estado em disputa: Uma análise dos governos FHC e Lula através da ação dos agentes da diplomacia brasileira

Avanço de investigação em curso

GT 13: Reforma do estado, governabilidade e democracia na América Latina

Leandro Garcez Targa
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
leandro.g.targa@gmail.com
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política¹

RESUMO:

Apresentamos os resultados iniciais da pesquisa sobre as concepções de Estado contidas na política externa que os governos dos presidentes FHC e Lula promoveram no Brasil. Analisamos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e do Instituto Rio Branco (IRBr) através de dois “jogos”: as discussões sobre a ALCA (Área de Livre Comercio das Américas); e as alterações nas provas para ingresso no IRBr na transição dos governos citados. Pressupomos que a alternância do poder representou uma interferência inédita no campo da diplomacia. Ferramentas de pesquisa de Pierre Bourdieu, como “campo” e “*habitus*”, trazem análises mais precisas sobre ações do Estado. A metodologia está baseada em histórias de vida e trajetórias de agentes a partir de documentos e entrevistas.

Palavras-chave: Sociologia das elites, Sociologia do Estado, Circulação Internacional de Ideias.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados iniciais da pesquisa de doutorado que tem como objetivo principal analisar as concepções de Estado contidas na política externa brasileira que os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) promoveram no Brasil. Para isso, estamos analisando as ações de diplomatas ligados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), que possuem prioridade na formulação da política externa brasileira; e ao Instituto Rio Branco (IRBr)².

Vários são os estudos que apontam para a independência da ação dos diplomatas em relação ao jogo político-partidário e a interferência dos poderes legislativo e executivo federal, trazendo a ideia do insulamento do MRE sobre a formulação e execução da política externa brasileira (OLIVEIRA, 2011;

¹ Agradeço ao apoio do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI/UFSCar).

² Órgão com sede no Palácio do Itamaraty, ligado ao MRE, e que tem o monopólio de formação dos futuros diplomatas brasileiros (Moura, 2007).

NEVES, 2003; FIGUEIRA, 2010a; FIGUEIRA, 2010b; FARIA, 2008). Porém, esta pesquisa parte da hipótese de que a alternância do poder no executivo federal representou uma interferência inédita no campo da diplomacia. As eleições de 2002 representaram a ascensão do “baixo clero” do campo político brasileiro e, conseqüentemente, uma redefinição da ordem simbólica no campo do poder (GRÜN, 2012). Cabe a este trabalho uma avaliação do impacto desta redefinição em uma parte do campo do poder, o campo da diplomacia. Fazemos uma análise com referência na perspectiva de Bourdieu sobre o Estado, perspectiva pouco explorada quando se trata de estudos sobre a diplomacia (BIGO, 2011), especialmente a brasileira.

Para o pressuposto desta pesquisa encontram-se informações que, a primeira vista, indicam diferenças na perspectiva das ações da política internacional do Brasil entre os governos FHC e Lula, mudanças que possivelmente representam alteração de fundamentos políticos e diplomáticos na passagem dos dois governos, como: a criação do grupo do G-20 comercial, na reunião de Cancun da OMC (Organização Mundial do Comércio); a contribuição para o adiamento das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 2005; participação em Missões de Paz da ONU (Organização das Nações Unidas), especialmente no caso do Haiti; a contribuição para conferir uma instrumentalidade prática ao conceito de BRICS³; busca de diversificação das relações comerciais e políticas, com destaque para o papel da China, Índia, África do Sul e Rússia. Nas ações comerciais: em 1989 o *share* de comércio do Brasil com os Estados Unidos foi 22%, reduzindo-se a 12% em 2009. Com a União Européia no mesmo período a variação foi de 28% a 22%. Inversamente, para a Ásia, por conta do peso da China, os dados evoluíram de 13% para 26% (SECEX, 2010). Dados como estes são comumente acompanhados de análises que apontam para a constatação de que a principal característica da política externa brasileira durante o período 2003–2010 foi a busca de multilateralização do sistema internacional, diferente da ênfase ao unilateralismo ou bilateralismo do período anterior (1995-2002) (RAMANZINI JR, 2010; FIGUEIRA, 2010a).

Outro pressuposto de pesquisa é que os diplomatas são uns dos agentes responsáveis pela tradução de valores internacionalizados para as disputas do campo político local, no Estado. Como apontam BIGO e TSOUKALA (2008) e DEZALAY e GARTH (2002), a ação profissional de agentes públicos e privados segue na direção muitas vezes para a criação de uma hibridização transnacional da burocracia do Estado. Os universos local e transnacional se conectam a partir da ação de agentes que funcionam como verdadeiros tradutores de valores internacionais em locais e vice-versa, praticando a importação e exportação de capital simbólico⁴, usado internamente no campo de disputa em que atua. Estes agentes praticam papel duplo e sabem agir nos diferentes jogos, nacionais e internacionais.

Como estratégia de análise, estamos estudando especificamente “jogos” em que é possível avaliar mais precisamente a ação dos agentes do campo a partir dos objetivos desta pesquisa, são eles: a) as discussões sobre a formação da ALCA (Área de Livre Comercio das Américas) e b) as alterações no processo seletivo do IRBr nos anos de transição dos governos FHC e Lula.

³ BRIC é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China, que se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. O acrônimo foi cunhado e proeminentemente usado pelo economista Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs. Em 13 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: *South Africa*) ao grupo.

⁴ Capital simbólico é a forma em que todo e qualquer tipo de capital (social, econômico, físico) assume quando é percebido pelos agentes sociais ao ponto de poderem entendê-lo (percebê-lo) e reconhecê-lo, atribuindo-lhes valor. (BOURDIEU, 2011)

Esta pesquisa pretende levantar subsídios para responder questionamentos como: a mudança do governo FHC para o governo Lula representou mudança na dinâmica de composição da hierarquia dos agentes atuantes no campo dos diplomatas; as possíveis mudanças verificadas na política externa brasileira aconteceriam mesmo se não houvesse a transição entre governos, em outras palavras, os acontecimentos da geopolítica internacional já se encarregariam das possíveis mudanças internas à formulação da política internacional brasileira; o peso maior destas possíveis mudanças é de demanda de reestruturação da conjuntura interna brasileira ou externa mundial.

DISCUSSÃO DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Entre os estudos sobre a trajetória do MRE, Cheibub (1985) procura compreender seu processo de formação e institucionalização. O autor aponta para três fases distintas da instituição: de 1822 até o final do século XIX, em que se nota a indiferenciação entre o MRE e os diplomatas; o início do século XX, marcado pela liderança carismática do Barão do Rio Branco; e o período marcado a partir do final da década de 1910, em que se inicia uma crescente racionalização e burocratização do Itamaraty. No entanto, assim como o restante dos aparelhos de Estado brasileiros, é a partir de 1930 que se intensifica o processo de burocratização do MRE. O IRBr foi fundado em 1945 para ser responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros. Nesse momento é institucionalizado o concurso público para a carreira diplomática e, com isso, tem início um período marcado pela ampliação da base de seleção dos novos diplomatas, a aquisição crescente de autonomia face às influências exógenas ao campo da diplomacia e a vigência de uma carreira considerada mais meritória (CHEIBUB, 1985; GOBO, 2010).

A perspectiva de ação da política externa brasileira se mantém pouco alterada desde o Barão de Rio Branco até os dias atuais: em maior ou menor intensidade, nas mais diferentes abordagens, a corrente de pensamento denominada “realismo” sempre permeou as decisões referentes a política externa brasileira (SALES, 2007). Contudo, o novo contexto da geopolítica mundial do início dos anos 1990, como o fim da polarização leste/oeste, criou um cenário mais complexo para as relações internacionais do país: cresceram a pluralidade e complexidade de temas, assim como a presença e atuação de agentes não governamentais locais e globais. Foi neste período que a política externa brasileira passou por uma crise de paradigmas, onde duas correntes se estabeleceram: uma autonomista (ou nacionalista) e outra liberal (SALES, 2007). A primeira defende a atuação brasileira mais autônoma na esfera internacional como, por exemplo, a ampliação da sua liderança na América do Sul; enquanto a segunda concentra suas energias na adesão do Brasil aos regimes internacionais, defendendo uma soberania compartilhada e autonomia pela participação, na América do Sul busca uma liderança mais discreta (SALES, 2007; SARAIVA, 2005; CERVO, 2002).

Outro elemento que marca o contexto desta análise é o que a literatura chama de diplomacia presidencial, marcas dos governos FHC e Lula (SALES, 2007; DANESE, 1999; POWER, T e CASON, J, 2006; FIGUEIRA, 2010a). A diplomacia presidencial seria “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da maneira *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 1999 p. 51 *apud* SALES, 2007).

Presente em vários estudos, o conceito “insulamento do MRE” também se torna pressuposto de pesquisa (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FIGUEIRA, 2010a; FIGUEIRA, 2010b; FARIA, 2008). Quanto a insulamento do MRE entende-se o protagonismo quase exclusivo da instituição quanto a formulação e aplicação da política externa brasileira ao longo da história. Embora estudos apontem para um crescimento, desde a década de 1990, de intervenção de outros agentes na política externa brasileira, como o poder legislativo federal e outros agentes do poder executivo federal (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FARIA, 2008; GOBO, 2010).

As justificativas para este isolamento do MRE perante os demais aparelhos do Estado passam por explicações como: a falta de interesse dos políticos pelos assuntos internacionais, já que estes assuntos teriam pouca validade para seu sucesso eleitoral (PINHEIRO, 2004) ou a Constituição de 1988 que aponta a predominância do poder executivo para a formulação e implementação da política internacional brasileira (FARIA, 2008). Contudo, apesar de trabalhos como este apontarem importantes pistas para a investigação proposta, se faz necessário analisar dinâmicas sociais que se tornam ocultas em estudos sobre instituições, como MRE, o IRBr ou o Estado brasileiro. GOBO (2010) procura encontrar explicações para o insulamento do MRE em elementos que vão além do desinteresse político e as regras institucionais: na dinâmica da organização do campo diplomático e formação do *habitus* do diplomata. Segundo a autora, o *habitus* da diplomacia, que é construído a partir da oposição aos que atuam fora do campo, favorece a não apropriação dos assuntos diplomáticos por agentes “de fora”⁵. Neste ponto, é ressaltada a importância do papel do IRBr na formação do *habitus* e determinação do campo diplomático (BOURDIEU, 2005; MOURA, 2007). Tornar-se diplomata não é um título alcançado com a nomeação e com o aprendizado de determinadas técnicas, mas faz parte de um processo de apreensão das regras e formação do *habitus*.

Esta pesquisa de doutorado não pretende um estudo especificamente sobre o insulamento do MRE ou a diplomacia presidencial, porém está procurando tratar estes e os outros importantes elementos do contexto da política externa brasileira a partir da perspectiva de Bourdieu, perspectiva pouco explorada quando se trata de estudos sobre a diplomacia brasileira.

As instituições foram criadas e são conduzidas a partir dos agentes que atuam nestas. Para trabalhar as ações de instituições propõe-se a utilização do conceito *campo* (Bourdieu, 1989b), a qual nos remete a ideia de que os caminhos que as instituições seguem resultam dos movimentos de escolhas e disputas internas dos agentes que as compreendem⁶. O campo do poder, por exemplo, é o resultado de disputas internas travadas por seus agentes que atuam nos diversos espaços (como o espaço dos diplomatas) para obtenção de capital simbólico na tentativa de monopolizar a influência nas ações e decisões tomadas pelo campo.

Grün (2004) analisa um destes espaços que compõem o Estado. O autor faz a análise do espaço financeiro no Brasil com a mudança de governo FHC e Lula, a partir do estudo das trajetórias de vida de agentes importantes que construíram estes espaços nos dois governos. No início do governo Lula, os críticos pertencentes ao grupo político do seu antecessor no governo entendiam sua política econômica como uma “cópia mal feita”. Parte dos partidários do ex-presidente entendia como uma política muito ortodoxa perto das expectativas de políticas econômicas que priorizasse a camada da população brasileira excluída dos ganhos financeiros com a recente expansão do espaço financeiro das últimas décadas. Para Grün (2004), as surpresas de ambos os lados, na verdade, representa o movimento de recomposição e diferenciação de agentes do Partido dos Trabalhadores (PT) aliado a igual recomposição de agentes da então elite econômica brasileira com a vitória do candidato da oposição na época⁷. Pesquisas acadêmicas como esta, partindo do estudo dos agentes que compõem os espaços de disputas (no caso, o espaço financeiro), procuram analisar o que está por trás da disseminação de

⁵ Ver CHARLE (2001) sobre a circulação de informações a partir da ação guiada pelo *habitus* dos diplomatas europeus nos anos anteriores a I guerra mundial.

⁶ Campo, na concepção de Bourdieu (1989b), representa um espaço de disputas de forças cuja estrutura define-se pelo estado das relações de força entre espécies de capital utilizadas pelos agentes que o compõem e atuam, onde estão em pauta as lutas pela imposição dos princípios legitimados a partir das disputas pela dominação deste espaço.

⁷ O autor exemplifica este movimento de recomposição dos agentes com o episódio da visita do então candidato Lula ao pregão da Bovespa, em 2002, ainda em campanha eleitoral.

posições ideológicas que difundem, por exemplo, a prioridade das riquezas estarem nas mãos de particulares e não do Estado ou das empresas, ou ainda, o movimento que reconstitui a construção social do mercado num contexto de “Estado mínimo” contra o “Estado do Bem-Estar social”. Entende-se que a construção destas posições ideológicas são determinantes para a composição hierárquica dos agentes no espaço. Esta pesquisa de doutorado propõe estudo semelhante para a análise do espaço das relações internacionais do Estado: por meio da análise das ações dos diplomatas que disputam o espaço, estamos buscando entender a dinâmica de conduta do MRE e IRBr e a disseminação de posições ideológicas que determinam a atuação dos agentes nas instituições.

Proposta de pesquisa semelhante também foi desenvolvida em minha dissertação de mestrado (Targa, 2010). O trabalho fez a análise de um dos espaços que compõem o campo do poder do Estado, o espaço do direito, ou, mais especificamente, o espaço de atuação dos magistrados. A pesquisa analisa o movimento onde, ao longo da década de 1990, emergiu uma nova geração de magistrados brasileiros que se inserem na disputa interna ao campo jurídico, criticando a tradição do campo baseada na neutralidade política na atuação profissional do juiz. O trabalho avaliou a atuação de parte deste grupo de ativistas jurídicos que se organizam em torno de associações. O foco da análise foi a maneira com que os agentes utilizam as associações (espaços de organização coletiva entre pares) para captação de capital simbólico utilizado tanto em disputas internas no campo jurídico quanto em disputas no campo da política do Estado. A partir deste estudo foi possível fazer uma caracterização do associativismo na magistratura, tendo a Associação Juizes para a Democracia (AJD) como objeto empírico para avaliação de um tipo diferente de associativismo quando comparado a outras associações de magistrados mais antigas de atuação no país. O presente trabalho de doutorado está seguindo os mesmos passos da referida dissertação de mestrado, contudo o objeto desta vez é o espaço de atuação dos diplomatas no Estado brasileiro e a análise de como a dinâmica de disputa deste espaço tem relação com a disseminação de posições ideológicas que determinam a atuação dos agentes no MRE e IRBr.

Sobre o Estado

A análise que esta pesquisa está realizando sobre a política externa brasileira é uma forma de estudo das concepções de Estado contidas nos governos FHC e Lula. Em outras palavras, estamos realizando um estudo do Estado brasileiro através da análise dos agentes que promovem a política externa no país.

Um estudo sobre o Estado, ou seja, pensar o Estado, implica aplicar categorizações ao Estado que são produzidas pelo próprio Estado (BOURDIEU, 2011). Estamos sempre correndo o risco de sermos pensados por um Estado que acreditamos pensar. O Estado é grande produtor simbólico: seus agentes são produtores de “problemas sociais”, os quais as ciências sociais muitas vezes ratificam, transformando-os em problemas sociológicos.

“O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 2011 p. 97)

. É uma instituição que encarna nas estruturas sociais e mentais da população correspondente, dando a aparência de “natural” as ações resultantes de longos e complexos processos. O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital da força física ou instrumentos de coerção, capital econômico, capital de informação, capital simbólico. Esta concentração transforma o Estado no produtor de uma espécie de capital específica, um metacapital, o

capital propriamente de Estado, com poder sobre os outros tipos de capital e seus detentores. Isto permite que o Estado exerça um poder sobre os diversos campos e as diferentes espécies de capital.

A construção do Estado é também a construção do campo do poder. A ação do Estado está associada a concentração de capital simbólico de autoridade reconhecida. Neste ponto, o Estado é o lugar por excelência da concentração e exercício do poder simbólico, pois dispõe de meios para impor e inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas. O reconhecimento da legitimidade do Estado não é um ato consciente e esclarecido. O reconhecimento é enraizado nas estruturas incorporadas (*habitus*), tornadas inconscientes. Neste sentido, dominar o Estado significa impor a dominação simbólica sobre as práticas sociais enraizadas. A construção do monopólio estatal da violência física e simbólica é indissociável da dinâmica do campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas deste monopólio (BOURDIEU, 2011).

A teoria de Bourdieu ajuda a realizar estudos tradicionalmente vinculados as relações internacionais (BIGO, 2011). A preferência pela metodologia relacional de Bourdieu (que versa pelo estudo ao mesmo tempo da estrutura e do agente) pode fazer o pesquisador fugir de algumas armadilhas que os estudos da ciência política ou das relações internacionais trazem. Aponta BIGO (2011) que nos estudos sobre relações internacionais existe um falso dualismo entre construtivismo e pesquisa empírica e uma oposição absoluta entre o coletivo e o individual. As ferramentas de análise “campo” e “*habitus*”, os quais são tanto coletivizados quanto individualizados, são usados para fugir destas armadilhas.

Neste contexto, BIGO (2011) descreve a lógica liberal e capitalista como promotoras de trocas transnacionais de poder simbólico com a criação de valores internacionais e internacionalizados que interferem também na dinâmica do Estado nacional, ou seja, do campo do poder local, especialmente com a circulação internacional de ideias (BOURDIEU, P. e WACQUANT, L., 2001, BOURDIEU, 2002; BIGO, 2011; DEZALAY, Y & GARTH, B, 2002). Estas lógicas são muitas vezes criadas pela hibridização transnacional da burocracia do Estado através da ação profissional de agentes públicos e privados (BIGO, B e TSOUKALA, A, 2008). Os universos local e transnacional se conectam a partir da ação de agentes que funcionam como verdadeiros tradutores de valores internacionais em locais e vice-versa. Praticando a importação e exportação de capital simbólico, usado internamente no campo de disputa em que atua. Estes agentes praticam papel duplo e sabem jogar nos diferentes jogos, nacionais e internacionais. Neste contexto entende-se os diplomatas como uns dos agentes responsáveis pela tradução de valores internacionalizados para as disputas do campo político local, no Estado.

Esta pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre agentes e carreiras que constroem este espaço do poder. Para pesquisas com contextos internacionais tem-se, por exemplo, Bigo (para estudos sobre segurança internacional); Lebaron (para análises sobre banqueiros e economistas); Dezalay (para juristas e economistas); Buchet de Neuilly, Mérand, Adler-Nissen (para estudos sobre diplomatas europeus). No contexto brasileiro, tem-se Engelmann (para juristas); Grun e Jardim (para análises da relação entre espaço financeiro e espaço político).

O OBJETO DE ESTUDO

As relações comerciais e políticas do Estado brasileiro com outros países vêm sendo objeto de estudos de trabalhos acadêmicos ligados principalmente às áreas das Ciências Sociais, Direito e Economia, sobretudo depois da metade dos anos setenta (MIYAMOTO, 1999; FIGUEIRA, 2010a; FARIA, 2008; GOBO, 2010; CERVO, A. e BUENO, C., 2002). Os recentes estudos sobre as relações internacionais do Estado brasileiro chamam a atenção, por um lado, pelo contexto internacional de redefinição da ordem política e econômica mundial com o fim da polarização leste/oeste e, por outro, pelo contexto nacional dos recentes dezesseis anos de mandato dos presidentes FHC e Lula, os quais

representam a alternância dos dois principais partidos políticos em disputa pelo poder executivo nacional desde o curto período de reabertura política do país e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Contudo, são poucos os trabalhos sobre a política externa brasileira e o campo de ação dos diplomatas a partir da perspectiva de Bourdieu. Observamos trabalhos com mesma temática e perspectiva de pesquisa, porém sobre o contexto de outros países, poucos sobre o contexto brasileiro. Entendemos que as ferramentas de pesquisa de Bourdieu (como campo e *habitus*) podem ser usadas para analisar dinâmicas políticas contemporâneas mais precisas que envolvam a discussão da relação entre o campo político, o campo do poder e o campo burocrático.

A análise do campo da diplomacia está sendo historicamente contextualizado nesta pesquisa a partir do cenário da mudança do poder executivo federal com as eleições de 2002. Este contexto se torna pertinente quando partimos do princípio de que períodos de redefinição político-institucional como, por exemplo, as eleições presidenciais de 2002, são marcados pelo aumento considerável de oportunidades para os agentes lutarem por melhores posições na hierarquia do campo em que atuam dentro do Estado. É como se a conjuntura de reformulação do espaço político abalasse as vigas de sustentação historicamente sedimentadas da antiga estratificação da estrutura sociopolítica dos espaços de atuação dos agentes ligados ao Estado, como o campo da diplomacia, por exemplo. Sendo assim, para lutas travadas no interior do campo as oportunidades de conquistas de maiores espaços de agentes tanto do centro como da periferia acabam sendo, de certa forma, menos discrepantes. Nestes casos, os agentes que melhor se organizam e escolhem as estratégias mais adequadas para o momento, ou seja, aqueles que partem em busca de captação e reconversão de recursos disponíveis em capital simbólico, saem na frente em busca de melhores posições na nova estratificação que está para se formar dentro do campo de atuação (BOURDIEU, 1989b).

Neste contexto, GRÜN (2012) faz uma análise de como as eleições de 2002 representaram a ascensão do “baixo clero” do campo político brasileira e, conseqüentemente, uma redefinição da ordem simbólica no campo do poder. Os efeitos desta nova composição do Estado trazida a partir de 2003 representam uma efetiva distribuição de capital cultural na sociedade brasileira contemporânea, por exemplo: as medidas econômicas tomadas pelo baixo clero (principalmente de redistribuição de renda), amplamente criticadas por órgãos de comunicação e de boa parte das elites culturais do país, a partir de 2008, se mostraram política contraintuitivas de enfrentamento da crise econômica e com sucesso nas urnas, denotando indiretamente a aceitação social (GRÜN, 2012). Neste caso, o baixo clero deixou de se comportar como se esperava, ou seja, não agiu em busca do reconhecimento do alto clero, não obtendo, portanto, como resultado a reiteração e a naturalização da hierarquia cultural e política da sociedade. O comportamento do baixo clero foi o de reverter a hierarquia do campo a seu favor. Esta atitude dos agentes que compõem o baixo clero associada à análise dos diferentes capitais sociais econômicos e simbólicos que possuem (e comparados ao do “alto clero” da arena política brasileira) nos remete ao conceito de “grammariens” (Bourdieu, 2012. p.548), o qual se refere ao papel dos intelectuais dominados na construção dos Estados nacionais. Para isso, Bourdieu remete a ideia de “proletaroides” (Weber, 1995. vol.2 p.269).

Este comportamento do “baixo clero” no poder executivo federal levou a transformações em vários âmbitos do Estado. Por isso, por mais que uma ampla bibliografia verse sobre a independência do campo da diplomacia em relação as disputas político partidárias, estamos trabalhando com a hipótese de que a alternância do poder no executivo federal marcada pelas eleições de 2002 representou uma interferência inédita no campo da diplomacia. Cabe a este trabalho avaliar também o impacto desta interferência.

Para estudar a ação do campo diplomático no contexto descrito estamos optando pela análise de “jogos” em que esta sendo possível avaliar os agentes do campo praticando a importação e exportação

de capital simbólico, usado internamente no campo de disputa em que atua (BIGO, 2011). Por isso, esta pesquisa está avaliando: a) as discussões sobre a formação da ALCA e b) as alterações no processo seletivo para entrada no IRBr nos anos de transição dos governos FHC e Lula⁸. Entendemos estes dois jogos serem importantes, pois ambos condizem a temas que podem revelar de que maneira o projeto de Estado representado pelos governos FHC e Lula foram refletidos no campo da diplomacia e consequentemente na política externa brasileira.

A ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atingir os objetivos traçados, a estratégia de pesquisa está sendo centrada no estudo dos agentes que compõem o campo a ser estudado, já que partimos do princípio de que as instituições foram criadas e são conduzidas a partir dos agentes que atuam nestas. Neste trabalho entende-se o Estado não como um ator político. O Estado é um campo povoado de 3 tipos de agentes: burocratas, profissionais da política (vivem da política e não para a política) e agentes privados, os quais suas posições múltiplas os dão acesso para a possibilidade de regular diferentes campos, principalmente através de intervenções financeiras e jurídicas (DEZALAY, Y & GARTH, B, 2002; BIGO, 2011). Este estudo sobre o Estado está fazendo uma análise que dimensiona o campo dos diplomatas a partir destes 3 tipos de agentes e como estes se relacionam e articulam.

A pesquisa passa pelo propósito de, nas análises dos jogos mencionado anteriormente, identificar agentes relevantes para, onde for estratégico, aprofundar as análises mediante relatos biográficos ou autobiográficos e as análises de trajetórias. Ao partir para a investigação dos mecanismos sociais por trás da tradição de experimentação comum da vida como unidade e como totalidade, Bourdieu aponta no *habitus* o “princípio ativo da unificação das práticas e das representações” (Bourdieu, 1996 p. 186).

Neste estudo sobre o Estado brasileiro a partir dos agentes da diplomacia, após as análises das fontes secundárias de pesquisa e, possivelmente, dos currículos e documentos do MRE e IRBr, caberá o início da realização de entrevistas com diplomatas. Entendemos que a realização de entrevistas é crucial para atingirmos os resultados propostos no estudo. O objetivo é compor a trajetória na carreira e analisar o discurso dos principais agentes que ocupam o espaço que está sendo estudado. A partir disso, prevemos a comparação dos agentes no campo, para mapear as disputas. Identificaremos os capitais (relacional, familiar, político, social) mais importantes para a disputa do campo. Organizamos duas listas iniciais (anexo I) que contém nomes que serão, ao longo da pesquisa, melhor avaliados, podendo-se acrescentar e retirar nomes na medida em que pesquisas documentais apontarem para tal. Para a busca dos diplomatas que fazem parte destas pré-listas, estudamos as diferentes estruturas burocráticas internas ao MRE as quais a ALCA e o Processo Seletivo do IRBr estão vinculadas.

Esta pesquisa conta com o apoio do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças NESEFI/UFSCar. Para além da produção da tese, esta pesquisa está buscando desenvolver debates, publicar artigos, participar de congressos, apresentar seminários, contribuir com o grupo de professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação que integram o NESEFI.

⁸ Os aprovados no processo de seleção do Instituto Rio Branco são nomeados como Terceiro-Secretário, os cargos seguintes são: Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe (Embaixador). Os critérios de promoção na carreira são: a antiguidade e o merecimento, o período mínimo de permanência em cada cargo é de quatro anos. Dessa forma, a ascensão a carreira de Ministro de Primeira Classe (Embaixador) pode levar pelo menos 20 anos para ser alcançada (GOBO, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIGO (2011), Didier. *Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power*. International Political Sociology, vol 5, p. 225–258.
- BIGO, D. e TSOUKALA, A. (2008). *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11*. London: Routledge.
- BOURDIEU (1989a), Pierre. *La Noblesse d'État; Grandes écoles et de corps*. Paris, Minit
- BOURDIEU (1989b), P. *O poder simbólico*. São Paulo, Difel.
- BOURDIEU (1996), P. *A ilusão biográfica*. IN: “Razões práticas”, apêndice 1 de Por uma ciência das obras. Campinas, SP: Papyrus.
- BOURDIEU (2002), P. *Les conditions sociales de la circulation internationale des idé'es*. Actes de la recherche en sciences sociales 5: 3–8.
- BOURDIEU (2005), P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU (2011), P. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papyrus.
- BOURDIEU (2012), P. *Sur l'État: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris, Raisons d'agir & Seuil.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. (2001) *Neoliberal Newspeak: Notes on the New Planetary Vulgate*. Radical Philosophy (105): 2–5.
- CERVO (2002), A. L. *Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 46, n 1, p. 05-35.
- CERVO, A. e BUENO, C. (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília:UNB.
- CHARLE (2001), C. *La crise des sociétés impérialies. Allemagne, France, Grande-Bretagne (1900-1940)*. Paris, Ed. du Seuil.
- CHEIBUB, Z. B. (1984) *Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- CHEIBUB, Z. B. (1985) *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica*. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.
- DANESE (1999), S. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks.

- DEZALAY, Y. & GARTH, B. (2002). *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago, The University of Chicago Press.
- ENGELMANN (2006), F. *Sociologia do campo político: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- FARIA (2008), C. A. P. *Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, p. 80-97.
- FIGUEIRA (2010a), A. C. R. *Mudando de rumo: um debate acerca do padrão decisório em política externa no Brasil*. 7º Encontro da ABCP. Recife-PE.
- FIGUEIRA (2010b), A. C. R. *Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores*. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 53, n 2, p. 5-22.
- GOBO (2010), K. L. *O Ministério das Relações Exteriores pelos seus atores: uma análise sobre o insulamento burocrático*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- GRÜN (2004), R. *A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política*. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 5-47.
- GRÜN (2012), R. *A vingança do baixo clero: O desafio ao "PiG" e o conflito cultural no tratamento da crise financeira*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- JARDIM (2009), Maria A. Chaves. *Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp. 258 p. (Coleção TC).
- LEBARON (2011), F. "Mundialização financeira ou imposição do modelo financeiro norte-americano?". In: *A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição*. Maria Chaves Jardim (org.) – Bauru, SP: Edusc.
- MIYAMOTO (1999), S. *O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte*. Revista de Sociologia e Política, junho Nº 12, pp. 83-98. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.
- MOURA (2007), C. R. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira. Um estudo de carreira e socialização*, Rio de Janeiro, FGV.
- NEVES (2003), J. A. C. *O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA*. Contexto Internacional, vol. 25, no 1, janeiro/junho 2003, pp. 103-138. Rio de Janeiro-RJ.
- OLIVEIRA (2011), R. R. *O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira. Posicionamento dos senadores frente as negociações para a formação da ALCA (1994-2005)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília-DF.

- PINHEIRO (2004), L. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- POWER, T. e CASON, J. (2006), *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making from Cardoso to Lula*. Conference on “Regional Powers in Asia, Africa, Latin America, the Near and Middle East,” organized by German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Hamburg.
- RAMANZINI JR (2010), H. *Uma análise da política externa do governo Lula da Silva*. Revista debates, v.4, n.2, p. 60-60 80, jul.-dez. Porto Alegre-RS.
- SALES (2007), C. R. *Relações Internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPG em Ciência Política da UNICAMP, Campinas-SP.
- SARAIVA (2005), M. G. *Brasil e Argentina: Política Externa para a América Latina em Tempos Recentes*. Cena Internacional, ano 7, n 2.
- SECEX (2010). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio-Brasil. Dados Estatísticos. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2033&refr=576>. Acesso em: 06 out. 2010.
- TARGA (2010), L. G. *A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos*. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPG em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.
- WEBER (1995), M. *Economie et société*. Paris, Presses Pocket.

BIBLIOGRAFIA

- ADLER-NISSEN (2011). *On a Field Trip with Bourdieu*. International Political Sociology, vol 5.
- ALMEIDA, BITTENCOURT, CANÊDO, GARCIA (2004). *Circulação internacional e formação intelectual de elites brasileiras*. Campina-SP, UNICAMP.
- BORN (2001), Cláudia. *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*. Sociologias. Porto Alegre, ano 3, n5, jan/jun, p.240-265.
- BOURDIEU (1979), P. *La distinction: Critique Sociale Du Jujement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU (1989a), P. *La Noblesse d'État; Grandes écoles et de corps*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU (1989b), P. *O poder simbólico*. São Paulo, Difel.

BUCHET DE NEUILLY (2007), Yves. *Le (non)critère de “bonne gouvernance” dans l’action extérieure de l’Union européenne*. In “La nouvelle gouvernance européenne. Les usages politiques d’un concept”. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg.

DEZALAY, Y & GARTH, B (2000), *A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000*. In: RBCS, vol 15, nº 43.

DEZALAY, Y. (1999) “O big bang e o direito: internacionalização e reestruturação do espaço legal”. In. Featherstone, M. *Cultura global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes.

DUBAR (1998), Claude. *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Educação e Sociedade, n 62.

LEBARON (2008), Frédéric. *Central bankers in the contemporary global field of power: a ‘social space’ approach*. The Editorial Board of the Sociological Review.

LEBARON (2009), F. *How Bourdieu “Quantified” Bourdieu: The Geometric Modelling of Data*, Paris: spring science.

MICELI (1979), S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1929-1945)*. São Paulo, Difel.

SCHUMPETER (1961), J. A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

ANEXO I:

Lista dos diplomatas envolvidos nos “jogos” da ALCA e do processo seletivo do IRBr.

ALCA: 1994-2005

Nome	Cargo/ano do recorte do estudo	Presidente/ano do recorte do estudo	Cargo atual	Local atual de trabalho/residência
Primeiro e segundo escalão do MRE: Ministros e Secretários-Gerais				
1	Celso Luiz Nunes Amorim	Ministro das Relações Exteriores entre 1993-1994 e entre	Itamar Franco 1992–1994 e Luiz Inácio Lula da Silva	Ministro da Defesa da Brasília

		2003 e 2010	2003 – 2010		
2	Luiz Felipe Palmeira Lampreia	Ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2001	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002	- Membro do Conselho de Administração da PARTEX OIL AND GAS - Membro do Conselho Consultivo da COCA-COLA Co - Conselheiro da McLarty Associates - Vice-Presidente emérito do Conselho de Curadores do CEBRI - Presidente do Conselho de Relações Internacionais da FIRJAN	Rio de Janeiro
3	Celso Lafer	Ministro das Relações Exteriores entre 2001 e 2002		Presidente da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.	São Paulo
4	Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 09/1993 e 01/1995	Itamar Franco 1992–1994	Aposentado (ultimo cargo: embaixador do Brasil nos EUA 2004-2006)	Rio de Janeiro
5	Sebastião do Rego Barros Netto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1995 – 01/1999	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Aposentado (Ultimo cargo: Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo 2002-2005)	Rio de Janeiro

6	Luiz Felipe de Seixas Corrêa	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1999 – 11/2001		Aposentado (Ultimo cargo: embaixador do Brasil no México 2000-2003)	Rio de Janeiro
7	Osmar Vladimir Chohfi	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 11/2001 - 01/2003		Aposentado (Ultimo cargo: Cônsul-Geral em Nova York)	São Paulo
8	Samuel Pinheiro Guimarães Neto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/2003 - 10/2009	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Professor do Instituto Rio Branco	Brasília

**Terceiro, quarto e quinto escalão do MRE:
Subsecretários-Gerais, Chefes de Departamento, Chefe de divisão.**

1ª Gestão Celso Amorim (1993-1994)

9	José Artur Denot Medeiros	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (fev 1994).	Itamar Franco 1992–1994	Embaixador do Brasil na Holanda.	Haia, Holanda.
10	Sergio Augusto De Abreu e Lima Florencio Sobrinho	Chefe do Departamento de Integração Latino-America. (exonerado em mar/1994)		Embaixador do Brasil no México.	Cidade do México, México.

**Gestão Luiz Felipe Palmeira Lampreia (1995-2001) e
Gestão Celso Lafer (2001-2002)**

11	Renato Luiz Rodrigues Marques	Chefe do Departamento de Integração Latino-America (nomeado em mar/1994 até 1999)	Itamar Franco 1992–1994 e Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002	Aposentado (Ultimo cargo: Embaixador da Ucrânia)	Rio de Janeiro
----	-------------------------------	---	---	--	----------------

12	Francisco Mauro Brasil de Holanda	Chefe de divisão de Integração Regional (mai 1993)	Itamar Franco 1992–1994	Chefe de departamento da Ásia do Leste/MRE	Brasília
13	José Botafogo Gonçalves	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1995 - 1998)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Aposentado (Ultimo cargo: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo 1998 – 2002)	Rio de Janeiro
14	José Alfredo Graça Lima	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1998 a 2002) e Presidente da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (SENALCA) em 2000.		Foi Cônsul-Geral do Brasil em Nova York. Atualmente é Inspetor-geral do Serviço Exterior/MRE	Brasília
15	Antonio José Ferreira Simões	Chefe do Núcleo de Coordenação da ALCA (1999-2003) - secretário executivo da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (SENALCA) em 2000.	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Foi Embaixador do Brasil na Venezuela. Atualmente é Subsecretário-Geral da América do Sul/MRE	Brasília
16	Carlos	Assistente do		Divisão de	Brasília

	José Serapião Junior	Núcleo de Coordenação da ALCA (1999-2003)		Negociações Extrarregionais do Mercosul II/MRE	
2ª Gestão Celso Amorim (2003-2010)					
17	Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães	Subsecretário-Geral da América do Sul (SGAS) em 2004.	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Aposentado (Ultimo cargo: representante do Brasil junto à Conferência do Desarmamento em Genebra, 2011)	Rio de Janeiro
18	Regis Percy Aslanian	Diretor-Geral do Departamento de Negociações Internacionais (DNI), 2003-2007		Embaixador do Brasil junto ao MERCOSUL e à ALADI	Montevidéu, Uruguai
19	Tovar da Silva Nunes	- Chefe de Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (DALCA), em 2004. - Presidente do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais nomeado na 8ª reunião ministerial sobre o comercio, Miami EUA. Nov. 2003.		Assessor especial no gabinete do ministro/MRE	Brasília
20	Adhemar Bahadian	Co-Presidente das Negociações da ALCA em 2004-2005		Aposentado (Ultimo cargo: Embaixador do Brasil em Roma, 2008)	Rio de Janeiro

Nome	Cargo/ano do recorte do estudo	Presidente/ano do recorte do estudo	Cargo atual	Local atual de trabalho/residência	
Primeiro e segundo escalão do MRE: Ministros e Secretários-Gerais					
1	Luiz Felipe Palmeira Lampreia	Ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2001	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	- Membro do Conselho de várias empresas (PARTEX OIL AND GAS, COCA-COLA Co McLarty Associates) - Vice-Presidente do Conselho CEBRI - Presidente do Conselho da FIRJAN	Rio de Janeiro
2	Celso Lafer	Ministro das Relações Exteriores entre 2001 e 2002		Presidente da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.	São Paulo
3	Celso Luiz Nunes Amorim	Ministro das Relações Exteriores entre 1993-1994 e entre 2003 e 2010	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Ministro da Defesa	Brasília
4	Sebastião do Rego Barros Netto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/1995 – 01/1999	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Aposentado (Ultimo cargo: Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo 2002-2005)	Rio de Janeiro
5	Luiz Felipe	Secretário-Geral		Aposentado	Rio de Janeiro

	de Seixas Corrêa	das Relações Exteriores entre 01/1999 – 11/2001		(Ultimo cargo: embaixador do Brasil no México 2000- 2003)	
6	Osmar Vladimir Chohfi	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 11/2001 - 01/2003		Aposentado (Ultimo cargo: Cônsul-Geral em Nova York)	São Paulo
7	Samuel Pinheiro Guimarães Neto	Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 01/2003 - 10/2009	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Professor do Instituto Rio Branco	Brasília

Composição interna do IRBr

8	André Mattoso Maia Amado	Diretor geral de mai/95 a set/01	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixador do Brasil na Bélgica e Luxemburgo	Bruxelas, Bélgica
9	João Almino de Souza Filho	Diretor geral de set/01 a jul/04	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Cônsul-Geral do Brasil em Madri	Madri, Espanha
10	Fernando Guimarães Reis	Diretor geral de set/04 a fev/10	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Aposentado (Ultimo cargo: Diretor do IRBr)	
11	Fabio Guimarães Franco	Direção assistente (jul 1997)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixada do Brasil em Angola	Luanda, Angola
12	Cláudio Cesar Rodrigues do Nascimento	Direção assistente (mai 2000)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Divisão Do Oriente Médio I	Brasília
13	Bruno Luiz dos Santos Cobuccio	Direção assistente (mar 2002)	Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002 e Luiz Inácio	Embaixador do Brasil no Gabão	Libreville, Gabão

			Lula da Silva 2003 - 2010		
14	Carlos Alberto Ribeiro Reis	Direção assistente (mai 2004)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Embaixada do Brasil no Paraguai	Assunção, Paraguai
15	Geraldo Cordeiro Tupynamba	Direção assistente (jan 2007)		Assessor da Secretaria-Geral/MRE	Brasília
16	Maria Dulce Silva Barros	Coordenação-Geral de ensino (jul 1997)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixadora do Brasil na Costa Rica	San José, Costa Rica
17	Rubem Antônio Corrêa Barbosa	Coordenação-Geral de ensino (mai 2000 e mar 2002)		Embaixador do Brasil na Austrália e Papua Nova Guiné	Camberra, Austrália
18	Luiz Felipe Mendonça Filho	Coordenação-Geral de ensino (mai 2004)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Embaixador do Brasil na Nicarágua	Manágua, Nicarágua
19	Luís Fernando de Carvalho	Chefe da Secretaria (mai 2000)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002	Embaixada do Brasil na Espanha	Madri, Espanha
	Geraldo Cordeiro Tupynambá	Chefe da Secretaria (mar 2002)	Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Assessor da Secretaria-Geral/MRE	Brasília
20	Jean Marcel Fernandes	Chefe da Secretaria (mai 2004)	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Chefe de Divisão De Operações de Promoção Comercial/MRE	Brasília
21	Sérgio Barreiros de Santana Azevedo	Responsável pelas Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Cursos de Formação e	Luiz Inácio Lula da Silva 2003 - 2010	Diretor-Geral Adjunto do IRBr	Brasília

		Aperfeiçoamento de Diplomatas (2009) e Gerente do Programa de Ensino Profissional Diplomático (2010)			
22	Márcio Rebouças	Responsável pelas Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e pelo Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (2010)		Responsável pelo Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e Programa de Ação Afirmativa	Brasília